



Índice

- 01 Indígenas discutem impactos de grandes obras na Amazônia no Fórum Social Mundial da Biodiversidade 2015
- 02 O governo Dilma no cabresto do agronegócio?
- 03 Famasul vai recorrer de decisão que obriga o Governo a pagar aluguel por áreas invadidas
- 04 Indígenas Yanomami de Roraima continuam ocupando prédio da Sesai
- 05 UFSCar recebe as matrículas de 35 indígenas aprovados em vestibular
- 06 Vereador trabalha pelos avanços dos direitos indígenas na Bahia
- 07 Decisão da Justiça ameaça paz no campo, diz advogado de produtores
- 08 Índios escondem em aldeia suspeito de atropelar criança no Acre, diz PM
- 09 Comunicação é central para o combate ao racismo, diz ministra
- 10 Governo e entidades iniciam discussões sobre a Política de Educação do Campo
- 11 Sema e PM apreendem materiais de pesca predatória
- 12 Pescado e apetrechos de pesca são apreendidos em operação
- 13 Proposta Frente Parlamentar em defesa do Rio São Francisco
- 14 Mudanças no Seguro Desemprego foram planejadas antes da eleição
- 15 "A Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada", diz



ex-presidente

- 16** MPF contesta Funai e insiste na demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu
- 17** MPF/TO promove audiência pública para debater licenciamento para desmatamento de área a ser demarcada para os Apinajé
- 18** Peixes morrendo no rio São Francisco preocupam população
- 19** Nota de repúdio – Quilombolas têm casas incendiadas em Alto Alegre, Maranhão
- 20** Indígena Umutina formada na Unemat é aprovada para doutorado na UnB
- 21** Dobra número de índios em protesto na Secretaria de Saúde Indígena de RR
- 22** No Paraná, qualificação profissional contribui para educação de qualidade
- 23** Projeto estimula produção de alimentos em aldeias Tembé
- 24** MPF cobra da Funai demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu
- 25** Parque do Araguaia, criado em 1959, compõe a Lista de Ramsar
- 26** Biblioteca Barca das Letras começa a distribuir livros pelos rios Amazonas e Macacoari
- 27** Governo apoia enfrentamento da exploração sexual de adolescentes
- 28** Ruralistas definem agenda legislativa para o agronegócio
- 29** Baiano e prefeitos discutirão ocupação de áreas no Araguaia
- 30** PA – Quilombolas da Comunidade de São Sebastião Cipoal denunciam milícias



Indígenas discutem impactos de grandes obras na Amazônia no Fórum Social Mundial da Biodiversidade 2015

SÍTIO CIMI, 26.01.2015



“As ameaças aos direitos dos povos indígenas e os megaempreendimentos econômicos na Amazônia” é o tema do debate que acontecerá nesta quinta-feira (29), no Parque do Mindu, das nove às 12 horas, promovido pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e outras organizações indígenas da Amazônia. O evento faz parte das atividades do Fórum Social Mundial da Biodiversidade 2015, que acontece de 26 a 30 de janeiro em Manaus (AM).

Os indígenas, juntamente com representantes de entidade de apoio à causa indígena, querem analisar os efeitos da construção de hidrelétricas, rodovias, da exploração mineral e introdução de monoculturas para combater seus impactos sociais e ambientais, bem como as ameaças aos direitos constitucionais já conquistados decorrentes das ações governamentais e de empresas privadas para viabilização desses mega empreendimentos. A partir da reflexão desses impactos e ameaças, as organizações indígenas pretendem fortalecer a luta pela vida na Amazônia.

O debate sobre as ameaças aos direitos acontece num momento em que o movimento indígena em todo o Brasil se mobiliza para barrar Projetos de Leis (PLs), Propostas de Emendas à Constituição (PECs) e outras iniciativas em tramitação na Câmara e no Senado que podem derrubar as garantias proporcionadas pelo artigo 213 da Constituição Federal. O movimento indígena, no final de 2014, conseguiu impedir a votação da PEC 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas.

Nos últimos anos, as organizações indígenas têm se mobilizado e procurado fortalecer alianças com outros segmentos da sociedade para impedir a construção de grandes obras na Amazônia que o Governo Federal quer executar a qualquer custo, sem consulta às comunidades afetadas e sem respeito aos direitos, como a hidrelétrica de Belo Monte e o Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

No evento desta quinta-feira, no Parque do Mindu, estarão presentes abordando o tema lideranças como: Sonia Guajajara, Coordenadora da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil); Maximiliano Correa Menezes, Coordenador da Coiab; Roseninho Munduruku, da região

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15/ 2015

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

do Tapajós, onde o Governo Federal pretende construir um complexo hidrelétrico; Icles Nascimento da Costa, Coordenador da Copime (Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno); Francinara Soares Martins, da Coiab e Raquel Macedo, da Umiab (União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira).



O governo Dilma no cabresto do agronegócio?

SÍTIO CIMI, 26.01.2015

Não é só porque o mapa do agronegócio todo azulou ou tucanou nas últimas eleições, mas, principalmente, porque a saúde da terra e do povo brasileiro está em jogo. Caros companheiros e companheiras, assessores (as) do Governo Dilma, o diálogo com a sociedade brasileira exige que vocês ajudem a Dilma a questionar o apoio que vem sendo dado ao agronegócio.

O grupo ruralista que tem sido privilegiado em todos os governos anteriores, mas em especial na primeira gestão de Dilma, são os principais poluidores da terra e da nossa comida brasileira. E eles estão aí de volta, no Congresso, querendo de novo comandar e desmandar.

O grupo está alinhado a um modelo essencialmente desenvolvimentista predador e como alerta a Comissão Pastoral da Terra, é o principal responsável "pela devastação ambiental dos nossos biomas, com o desmatamento e a utilização intensiva de agrotóxicos que suprimem a proteção vegetal e contaminam solos, águas, ar e trabalhadores e trabalhadoras. Provocam ainda o secamento e morte de nascentes e rios e o rebaixamento de lençóis freáticos e aquíferos. A destruição dos cerrados compromete a segurança hídrica atual e futura, o que já se evidencia na crise de abastecimento de várias regiões do país, que não se pode atribuir simplesmente à falta de chuvas. Ao se expandir para a Amazônia, este modelo chega à última fronteira, onde agrava a crise ecológica e nos põe a temer ainda mais pelo futuro..."

Não pode um governo que pretende ser "popular" se submeter às exigências econômicas e políticas do agronegócio. Nas condições atuais já seria escandaloso o Governo fornecer igual incentivo ao Agronegócio do que à Agricultura Familiar.

Não tem diálogo possível com quem prejudica o povo brasileiro, colocando em risco a sua saúde e até a sua sobrevivência como alertam à exaustão centenas de cientistas do mundo inteiro.

Sob o título: "Amazônia perde mais de 2000 árvores por minuto nos últimos 40 anos", - alertam - "cerca de duzentos dos principais estudos e artigos científicos sobre o papel da floresta amazônica no sistema climático, na regulação das chuvas e na exportação de serviços ambientais para áreas produtivas, vizinhas e distantes da Amazônia. A avaliação conclui que reduzir a zero o desmatamento já não basta para garantir as funções climáticas do bioma."

E o cientista do INPE, Antônio Donato Nobre, afirma: "Estamos indo direto para o matadouro. Parar de desmatar é fundamental, mas não resolve mais. Temos que conter os danos ao máximo. Parar de desmatar é para ontem. A única reação adequada neste momento é fazer um esforço de guerra. A evidência científica diz que a única chance de recuperarmos o estrago

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15/ 2015

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

que fizemos é zerar o desmatamento. Mas isso será insuficiente, temos que replantar florestas, refazer ecossistemas. É a nossa grande oportunidade.”

Mesmo que o agronegócio contribua com 100 bilhões de reais no PIB, não é razão para que se continue apoiando essa forma de agredir a terra e a saúde do povo brasileiro. É preciso que o Governo amplie o seu diálogo com o movimento popular e com os cientistas do Brasil e do mundo. Nomear Kátia Abreu para Ministra da Agricultura e Aldo Rebelo Ministro de Ciência e Tecnologia, símbolos da depredação da terra e da natureza, é agredir a razão e o bom senso. Não pode, é inaceitável!

Casa da Cultura do Urubuí, Amazonas, 21 de janeiro de 2015.
Egydio Schwade.



Famasul vai recorrer de decisão que obriga o Governo a pagar aluguel por áreas invadidas

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 26.01.2015

O assessor jurídico da Famasul, Gustavo Passardelli, informou nesta segunda, dia 26, ao Canal Rural que a entidade pretende entrar com recurso contra uma liminar da Justiça que determina o pagamento de aluguel aos produtores rurais que possuem terras invadidas por índios no Estado. "A Justiça deveria cumprir as ordens de reintegração de posse. O próprio juiz do caso reconheceu que as ocupações são irregulares", diz Passarelli.

Na semana passada, o Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) conseguiu determinação judicial para que a União demarque as terras indígenas e pague arrendamento aos produtores rurais em toda a região centro-sul do Estado. Segundo a decisão, o valor a ser pago deve ser o praticado pelo mercado. A medida vale também para as áreas que forem ocupadas após a decisão judicial da 2ª Vara da Justiça Federal de Dourados.



Indígenas Yanomami de Roraima continuam ocupando prédio da Sesai

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.01.2015

*Eles dizem que só saem após exoneração da coordenadora do Dsei-Y.
Audiência pública teria sido cancelada; MS ainda não se pronunciou.*

Anne de Freitas
Do G1 RR

Há uma semana, mais de 50 indígenas da etnia Yanomami ocupam o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em Roraima. Eles invadiram o prédio para reivindicar a exoneração da coordenadora do Distrito Especial de Saúde Indígena Yanomami (Dsei-Y), Maria de Jesus do Nascimento, e alegam que não há remédios e atendimento médico na área indígena.

De acordo com um dos líderes do movimento, Anselmo Yanomami, os indígenas permanecem no local até a exoneração da coordenadora. Eles entraram em contato com a Sesai e estavam aguardando um posicionamento do órgão na sexta-feira (23).

"Nós conversamos com a Sesai de Brasília e eles disseram que na sexta-feira nos dariam uma resposta, mas até agora nada. Enquanto eles não responderem, não vamos sair de lá. Permaneceremos com a nossa manifestação pacífica", disse a liderança.

Segundo Anselmo Yanomami, uma audiência pública em Boa Vista, na qual estaria presente o secretário geral da Sesai, Antônio Alves, foi desmarcada por ele. "O secretário disse ter se sentido ameaçado e mandou cancelar a audiência. Não procede o medo dele. Ele pode vir para Boa Vista, pois não estamos aqui para agredir ninguém", argumentou.

Ele ressaltou ainda que mais de 300 comunidades indígenas estão a favor da manifestação e pedem melhorias nos serviços de saúde para os Yanomami. "Nós pedimos aos irmãos o apoio para a nossa causa, em prol do povo Yanomami. Pedimos a compreensão e reconhecimento da precariedade da saúde. Só quem sofre e chora conhece o que passamos", esclarece.

Apesar da ocupação do prédio, os indígenas afirmam que estão permitindo a entrada de todos os funcionários, com exceção da coordenadora Maria de Jesus. "Não estamos impedindo os funcionários de trabalhar. Só não queremos a entrada dela [coordenadora] no prédio", disse Anselmo Yanomami.

Sobre a audiência pública que teria sido cancelada pelo secretário da Sesai, o G1 entrou em contato com a assessoria de comunicação do Ministério da Saúde (MS) e aguarda resposta.



UFSCar recebe as matrículas de 35 indígenas aprovados em vestibular

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.01.2015

*Estudantes devem fazer procedimento pela internet até 2 de fevereiro.
8ª edição do processo seletivo teve a participação de 237 candidatos.*



UFSCar recebe inscrições de candidatos indígenas em quatro campi (Foto: Fabio Rodrigues/G1)

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) recebe até o dia 2 de fevereiro, pela internet, a matrícula dos 35 candidatos indígenas aprovados no vestibular para cursos de graduação presenciais. Ao todo, são 27 para cursos no campus São Carlos, seis para cursos de Sorocaba, um para curso do campus Araras e um estudante para curso do campus Lagoa do Sino, em Buri. Veja aqui a lista de convocados.

A matrícula deverá ser feita pela internet, conforme orientações divulgadas na lista de convocados. Os candidatos que ficaram na lista de espera devem aguardar a divulgação da segunda chamada no dia 3 de fevereiro, no site da UFSCar. Participaram do processo 237 indígenas de 51 etnias de 14 estados.

Em sua oitava edição, o processo seletivo para indígenas ofereceu uma vaga adicional em cada uma das 62 opções de cursos da UFSCar. A reserva de vagas para estudantes indígenas é uma das metas do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar, aprovado em 2007, pelo Conselho Universitário.

Outras informações podem ser obtidas com a Coordenadoria de Ingresso na Graduação pelo telefone (16) 3351-8152.

Vereador trabalha pelos avanços dos direitos indígenas na Bahia

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 26.01.2015

Localizado no Sul da Bahia, o município de Santa Cruz Cabrália é conhecido por possuir uma das maiores aldeias indígenas do Brasil: Coroa Vermelha. Foi lá que surgiu um importante defensor das tradições e direitos dos índios, o Cacique Aruã, atual vice-presidente da Câmara de Vereadores e integrante do Comitê Estadual do PCdoB na Bahia.



Reeleito para a vice-presidência da Casa Legislativa, o comunista afirma que tem realizado um trabalho de instrumentalizar o município para garantir os direitos indígenas. Entre os projetos de sua autoria, estão em tramitação a criação da categoria de professor indígena, do Conselho Municipal de Questões Indígenas e do Fundo Municipal de Ação Indígena. Santa Cruz Cabrália tem uma população indígena de mais de 6 mil pessoas e, desde 2005, conta com a Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas.

Além disso, Cacique Aruã é autor do projeto que cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, que vai fortalecer e desenvolver a agricultura familiar. Dessa forma, os assentamentos sem terra serão beneficiados por políticas de inclusão social. No momento, o assunto está em discussão na Câmara.

O representante indígena é responsável, ainda, pela proposta em criar a Secretaria e o Conselho Municipal de Juventude. "Já realizamos algumas reuniões com a União da Juventude Socialista (UJS), para fortalecer as ações em nosso município", afirma.

De acordo com Aruã, é necessário que as minorias ocupem os espaços de poder e apresentem à sociedade suas reivindicações e anseios. "Precisamos estar nos espaços políticos. Temos de ter representações indígenas em todas as instâncias. Faço parte do Comitê Estadual do PCdoB e participo das decisões, ações e construções para o segmento. Somos nós quem sabemos das nossas necessidades. Não podemos ficar fora disso", declara.

Avanços

Cacique Aruã revela que antes do governo Wagner (2007-2014) os índios, praticamente, não

CONT.



tinham acesso aos programas sociais. “Nossa representação começou a ter visibilidade com o governador Jaques Wagner. E isso só aconteceu graças ao nosso trabalho e insistência”.

Nesses últimos oito anos, foi criada a categoria de professor indígena, o concurso para professor indígena, a Coordenação de Política para Povos Indígenas, a Coordenação de Educação Escolar Indígena, do Conselho dos Direitos dos Povos Indígenas, o Grupo Executivo Intersetorial (formado por várias secretarias) e o Plano Operacional de Trabalho (possibilitou a implantação de projetos e ações indígenas).

Sobre o futuro, o representante indígena acredita que as expectativas são positivas. “Tivemos muitos avanços. Agora, com o governador Rui Costa, esperamos ampliar ainda mais os direitos conquistados. Vamos batalhar por isso”, finaliza.

De Salvador,
Ana Emília Ribeiro.

Decisão da Justiça ameaça paz no campo, diz advogado de produtores

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.01.2015

*Justiça determina reinício das demarcações de terras indígenas em MS.
O Ministério da Justiça informou que vai recorrer da decisão.*



Fazenda ocupada por Indígenas
em Caarapó, MS

(Foto: Wilson Amorim Marques/Alô Caarapó)

Para o advogado da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Gustavo Passarelli, a decisão do juiz da 2ª Vara Federal de Dourados (MS), que determinou que a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) demarque, no prazo de 30 dias, terras ocupadas por indígenas na região centro-sul do estado, poderá provocar mais insegurança e intranquilidade nas disputas fundiárias entre produtores e indígenas no estado.

Na decisão, além de determinar o início das ações visando a demarcações de terras, a Justiça manda que a União pague o arrendamento aos proprietários das terras ainda não demarcadas e ocupadas, e também sobre as terras que vierem a ser ocupadas pelos indígenas de forma irregular.

“O primeiro ponto de preocupação é que na decisão o juiz reconhece que as ocupações [feitas pelos indígenas] são irregulares. Se as ocupações são irregulares o instrumento jurídico para resolvê-las não é o arrendamento de terras sem consultar os produtores, mas sim, o cumprimento das decisões de reintegração de posse que já foram expedidas para a maior parte das cerca de 80 áreas ocupadas que temos no estado”, aponta Passarelli.

Para os produtores, a decisão é também inexecutável, ou seja, é algo impossível de executar. “Como é que pode uma decisão da Justiça em um processo em que as partes são o MPF [Ministério Público Federal] e a Funai [Fundação Nacional do Índio] condenar quem não faz parte do processo, no caso a União, a fazer o arrendamento de terras de quem também não é parte da ação, que são os produtores rurais”, comenta o advogado.

Na segunda-feira (19), o Ministério da Justiça (MJ), por meio de sua assessoria de comunicação, informou ao G1 que já foi intimado da decisão e que a Advocacia-Geral da União (AGU) no estado e que deveria recorrer da decisão. O G1 entrou em contato novamente nesta segunda-feira (26) para obter informações sobre o andamento do processo, mas até a publicação desta reportagem não obteve resposta.

CONT.



Origem da ação

Na ação, o Ministério Público Federal cobra o cumprimento de um Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2007 com a Fundação Nacional do Índio (Funai). No documento, a Funai se compromete em constituir grupos de trabalho para identificar e delimitar áreas indígenas em sete áreas do estado, localizadas no centro-sul de Mato Grosso do Sul. Pelo acordo, a Funai deveria, ainda, publicar os relatórios de identificação e delimitação das terras indígenas até 30 de junho de 2009.

Em 2010, a Funai enviou ao Ministério Público um novo cronograma de demarcação. Contudo, apenas um estudo antropológico foi publicado até então, o que motivou o MPF a cobrar, na Justiça, o cumprimento do TAC.

Produtores contestam

Segundo Passarelli, outro aspecto da decisão judicial que pode gerar mais tensão nas disputas, é que na argumentação o magistrado cita áreas não demarcadas, já ocupadas ou que podem vir a ser ocupadas. "Não sabemos como isso pode ser interpretado pelas comunidades [indígenas]. Ele podem entender como um estímulo a novas invasões, porque as áreas ocupadas vão ser arrendadas. Isso pode trazer mais insegurança jurídica e mais intranquilidade", avalia.

Em relação ao posicionamento da entidade quanto a decisão, o advogado adiantou ao G1 que a primeira iniciativa será entrar com uma representação para que a instituição faça parte do processo, o que deve ocorrer ainda esta semana, e em um segundo momento, após esse ingresso, entrar com um recurso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).



Índios escondem em aldeia suspeito de atropelar criança no Acre, diz PM

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.01.2015

*Acidente ocorreu em área indígena na BR-364, em Cruzeiro do Sul.
Corpo da criança indígena foi impedido de ser removido para o IML.*

Vanísia Nery
Do G1 AC

Uma criança indígena de apenas 4 anos morreu após ser atropelada por uma moto no último sábado (24), na terra indígena Katukina na BR-364, em Cruzeiro do Sul (AC). O suspeito pelo atropelamento é um outro índio, de 29 anos. A polícia foi avisada do ocorrido por uma médica do Posto de Saúde e tenta localizar o suspeito, que teria sido escondido na aldeia por outros indígenas.

De acordo com a Polícia Militar, testemunhas disseram que o suspeito saía da aldeia Masheia em direção à aldeia Samaúma, quando atingiu a criança que atravessava a rodovia. Apesar de a área não ser de competência do poder estadual, os policiais tentaram contato com os indígenas, mas, segundo a PM, eles não aceitaram a remoção do corpo da criança para o Instituto Médico Legal (IML), como também impediram a condução do motociclista à delegacia. "O corpo já tinha sido retirado do local. Não encontramos nem a vítima, nem o suspeito e nem o veículo envolvido no atropelamento. Quando acontece esse tipo de fato eles tentam encobrir. Eles tiraram o índio do local e como é uma área indígena informamos à Polícia Federal", explicou o comandante da Polícia Militar em Cruzeiro do Sul, major Lázaro Moura.

O chefe da coordenação da Fundação Nacional do índio (Funai), no Vale do Juruá, Luiz Silva de Souza, explicou que a Funai ainda não foi informada formalmente sobre o caso, apesar da Polícia Federal ter entrado em contato em busca de informações. No entanto, afirmou que busca um diálogo com a liderança indígena da comunidade para elucidar o acontecimento.

"Internamente existem procedimentos diferenciados, não que seja legitimado pela instituição, a gente respeita uma espécie de governo deles, até assegurado pela constituição, mas o procedimento da Funai é fazer contato com as lideranças e pedirmos a colaboração deles no sentido de não ficar impune. Se eles vão entregar a pessoa, esse procedimento acontece através do diálogo com as lideranças que entendendo a situação devem colaborar", relatou.

De acordo com o chefe da Funai, mesmo antes do acidente com a criança a fundação já vinha buscando medidas de conscientização no trânsito da localidade junto com a 1ª Ciretran de Cruzeiro do Sul, onde chegaram a realizar palestras educativas na localidade sobre as normas de trânsito.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15/ 2015

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

“Depois de ser noticiada a situação de motos circulando com três pessoas no interior da terra indígena, condutores sem capacete, fizemos uma ação conjunta e eles se comprometeram em seguir as orientações, infelizmente agora acontece essa fatalidade”, lamentou.

Comunicação é central para o combate ao racismo, diz ministra

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 26.01.2015



Nilma Lino Gomes, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR).

"Fizemos avanços na luta pela promoção da igualdade racial e pelo enfrentamento ao racismo. No entanto, ainda há muito trabalho pela frente para realizarmos uma completa superação", declarou Nilma Lino Gomes, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR), em entrevista ao Portal Áfricas, ao falar sobre a importância de se aprimorar as ferramentas de ação da Secretaria.

Dentre os assuntos tratados pela ministra está a questão da mídia. Segundo ela, as chamadas mídias negras ocupam um importante lugar no processo de comunicação e circulação de informação sobre a temática racial no Brasil. "Meu desejo é conhecer um pouco mais estes veículos, compreender seus objetivos, visão política e midiática e formas de abordagem para depois pensarmos juntos propostas de fortalecimento dentro dos objetivos, missão institucional e condições da SEPPIR. Para se fortalecer, o trabalho das mídias negras deverá ser conhecido não só pela população negra e militante, mas pelo público em geral".

No entanto, Nilma Lino Gomes reafirmou que a pauta racial deve ser o norte de todo e qualquer meio de comunicação. E sinalizou que "o trabalho da nova gestão está no início. Esse é um momento de ouvir primeiramente todos os setores internos e, aos poucos, ir expandindo

CONT.



a escuta para os setores externos. A princípio, posso dizer que as metas gerais são continuar colocando em prática e aprimorar 4 eixos de ação da pasta da SEPPIR: as ações afirmativas, o tratamento com os quilombolas e povos de comunidades tradicionais, o olhar sobre a juventude e a internacionalização da SEPPIR, com a ampliação do conhecimento e das ações em âmbito internacional.

Na oportunidade, a ministra destacou que sua gestão alinhará ao lema do novo governo da presidenta Dilma, 'Brasil, Pátria Educadora'. "O trabalho de promoção da igualdade racial e de enfrentamento ao racismo no país tem um caráter político, articulador e, acima de tudo, educativo. Desse modo, acesso à comunicação democrática é central no combate ao racismo".

Governo e entidades iniciam discussões sobre a Política de Educação do Campo
SÍTIO SURGIU.COM, 26.01.2015



Construir uma política estadual de educação do campo com o governo, movimentos sociais e educadores, esta foi uma das propostas apresentadas no Seminário de Educação do Campo, realizado nesta segunda-feira, 26, na Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Na oportunidade, o secretário Adão Francisco de Oliveira demonstrou por meio de números o quanto o campo é importante para a economia do país. “A educação do campo não é educação rural, tem que se pensar na prerrogativa das experiências das pessoas que residem no campo”, frisou Adão Francisco.

Um dos expositores do seminário, Erialdo Augusto Pereira, da Escola Estadual Família Agrícola de Porto Nacional, explicou como funciona a metodologia de alternância do ensino, em que o aluno aprende com os conteúdos ministrados em sala de aula e com as experiências propostas para serem executadas com a família. “É um modelo de educação que une a teoria e a prática, em que o educador tem uma formação que vai além do espaço escolar e que garante a elevação da educação do campo”, esclareceu.

Outro palestrante, Cirineu da Rocha, da Via Campesina, destacou que a educação do campo tem que repensar a cultura e os saberes diversos do meio rural. “Não existe quem sabe mais ou quem sabe menos. Existem conhecimentos diferentes. É isso que devemos observar na educação”, disse.

Encaminhamentos

Dentre os encaminhamentos do seminário ficou acertado que o grupo de trabalho da educação do campo deve se reunir com frequência para garantir a construção da proposta política-pedagógica para o Estado.

Os participantes também apresentaram as reais condições das escolas Famílias Agrícolas. A escola de Esperantina está em fase final de construção e há a expectativa de que entre em funcionamento ainda este ano. Já as obras das escolas de Riachinho e Novo Acordo estão paralisadas.

CONT.



O grupo de trabalho sobre educação do campo também irá analisar a situação de cada escola, verificar os convênios, recursos e a possibilidade de continuar com os projetos de cada uma delas.

Participaram da reunião cerca de 50 pessoas, representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), das Comunidades Quilombolas, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Tocantins (Fetaet), da Escola Estadual Entre Rios, do Movimento dos Atingidos pela Barragem (MAB), técnicos da Seduc, a deputada estadual Amália Santana, o presidente da Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação, George Brito, e o superintendente de Desenvolvimento da Educação, Divino Mariozan Rodrigues de Sirqueira.

Foto: Elias Oliveira.

Fonte: Josélia de Lima.

Postador: Samuel Charles.

Sema e PM apreendem materiais de pesca predatória

SÍTIO O DOCUMENTO, 26.01.2015



Em uma operação integrada entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) – por meio da Unidade Descentralizado de Barra do Garças – e a Polícia Militar resultaram na apreensão de 81 redes de malhas, 19 tarrafas de malhas, 142 anzóis, 114 pindas, 17 carretilhas, 13 molinetes, 05 motores para barco, 05 embarcações, 09 caixas de pesca, 01 pescado barba chata e 8 kg de pescados ilegal de diferentes espécies.

Batizada de “100 dias”, a ação foi realizada no período de 15 a 20 de janeiro nos municípios de Araguaiana e Cocalinho, na região Leste, e integra um conjunto de ações que visam o combate à pesca depredatória. Na ação foram executadas buscas e apreensões em fazendas, pesqueiros, barcos e ribeirinhos situados às margens do Rio Araguaia.

O período de defeso da piracema para os rios de Mato Grosso teve início em 01 de novembro de 2014 nos rios da bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins e no dia 05 de novembro de 2014, na bacia hidrográfica dos rios Paraguai e Amazonas, e se estende até o dia 28 de fevereiro de 2015.

As datas levam em consideração a Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nº 201, de 22 de outubro de 2008 e a Portaria, também do Ibama, nº 48, de 25 de setembro de 2007.

CONT.



Nesse período é proibida a pesca, inclusive na modalidade pesque e solte. A exceção é a pesca de subsistência, desembarcada, ou seja, aquela praticada artesanalmente por populações ribeirinhas e tradicionais, para garantir a alimentação familiar, sem fins comerciais.

A cota diária permitida para a pesca de subsistência é de três quilos ou um exemplar de qualquer peso, por pescador, respeitados os tamanhos mínimos de captura estabelecidos pela legislação vigente, para cada espécie. É proibido o transporte e a comercialização do pescado proveniente da pesca de subsistência.

Os infratores pegos desrespeitando a proibição estão sujeitos as penalidades que vão desde multa até a detenção previstas na Lei Estadual nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009 e na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e legislações pertinentes. A multa para quem for pego sem a Declaração de Estoque de Pescado ou praticando a pesca depredatória está definida na Lei 9096, e varia de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil.



Pescado e apetrechos de pesca são apreendidos em operação

SÍTIO TOP NEWS, 26.01.2015

Foram apreendidos oito quilos de pescados, um peixe barba chata, 81 redes de malhas, 19 tarrafas de malhas, 142 anzóis, 114 pindas, 17 carretilhas, 13 molinetes, cinco motores para barco, cinco embarcações e nove caixas de pesca em uma operação integrada entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) – por meio da Unidade Descentralizado de Barra do Garças – e a Polícia Militar.

Visando o combate à pesca depredatória, foram executadas buscas e apreensões em fazendas, pesqueiros, barcos e ribeirinhos situados às margens do Rio Araguaia. A ação foi realizada nos dias 15 a 20 de janeiro, nos municípios de Araguaiana e Cocalinho, na região Leste de Mato Grosso, e integra um conjunto de ações dos “100 dias” do governo do Estado.

O período da piracema para os rios de Mato Grosso teve início em 1 de novembro de 2014 nos rios da bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins e no dia 05 de novembro de 2014, na bacia hidrográfica dos rios Paraguai e Amazonas, e se estende até o dia 28 de fevereiro deste ano.

Nesse período é proibida a pesca, inclusive na modalidade pesque e solte. A exceção é a pesca de subsistência, desembarcada, ou seja, aquela praticada artesanalmente por populações ribeirinhas e tradicionais, para garantir a alimentação familiar, sem fins comerciais.

A cota diária permitida para a pesca de subsistência é de três quilos ou um exemplar de qualquer peso, por pescador, respeitados os tamanhos mínimos de captura estabelecidos pela legislação vigente, para cada espécie. É proibido o transporte e a comercialização do pescado proveniente da pesca de subsistência.

Os infratores pegos desrespeitando a proibição estão sujeitos às penalidades que vão desde multa até a detenção previstas na Lei Estadual nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009 e na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e legislações pertinentes. A multa para quem for pego sem a Declaração de Estoque de Pescado ou praticando a pesca depredatória está definida na Lei 9096, e varia de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil.

Denúncias

As denúncias de pesca depredatória e outros crimes ambientais podem ser feitas por meio da Ouvidoria Setorial da Sema pelo 0800-65-3838 e no site da Secretaria, por meio de formulário.

Ainda podem ser feitas denúncias nas unidades regionais da Sema, nos municípios de Cáceres, Barra do Garças, Juína, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Aripuanã, Vila Rica e Juara.

Proposta Frente Parlamentar em defesa do Rio São Francisco

SÍTIO CEARÁ AGORA, 26.01.2015



Marcelo Raulino

O processo de assoreamento do Rio São Francisco e a estiagem prolongada estão colocando em risco o futuro do projeto de Transposição, que atenderá 4,2 milhões de cearenses. Uma ação visando à preservação do Rio, porém não partiu de um cearense, mas do deputado baiano Arthur Oliveira Maia (SD). Ele quer criar uma Frente Parlamentar do Rio São Francisco a partir da próxima legislatura, que se inicia dia 1º de fevereiro.

“A cada ano temos visto a depredação do rio e isso em vários aspectos. Primeiro no próprio leito, na própria calha do rio, está havendo um processo acelerado em relação ao assoreamento das suas margens. Nos seus rios contribuintes, rios que vêm na maior parte deles do oeste da Bahia, em virtude do avanço da agricultura naquela região, esses rios estão sendo muito atacados nas nascentes. Esse processo de assoreamento tem sido cada vez mais intenso a cada ano que passa.”

Com a criação dessa Frente Parlamentar, a intenção do deputado é proteger, recuperar e promover a melhoria da vida das populações ribeirinhas. A ideia é elaborar um projeto junto com a Codevasf e o Ministério da Integração Nacional com metas, diagnóstico da situação do rio, finalmente ações de preservação do São Francisco.



Mudanças no Seguro Desemprego foram planejadas antes da eleição

SÍTIO O POVO, 26.01.2015

Após afirmar que não tocaria nos benefícios trabalhistas "nem que a vaca tussa" durante a campanha, o anúncio de alteração na concessão dos benefícios aconteceu já em dezembro de 2014, logo após o resultado das eleições

As mudanças na concessão de benefícios trabalhistas, como o Seguro Desemprego, já davam o que falar antes de terem sido anunciadas. Ainda durante a campanha eleitoral para presidência da república, a defesa dos direitos trabalhistas era bandeira da campanha para reeleição de Dilma Rousseff, que chegou a citar que não mexeria nos direitos dos trabalhadores "nem que a vaca tussa".

Já no mês de dezembro, logo após as eleições, o ministro da casa civil, Aloizio Mercadante, anunciou as medidas que alteram regras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da Previdência Social, aumentando o rigor para a concessão do abono salarial, do seguro-desemprego, do seguro-defeso dos pescadores artesanais, a pensão por morte e o auxílio-doença. O objetivo, segundo ele, economizar R\$ 18 bilhões ao ano a partir de 2015.

Segundo o jornal Folha de São Paulo, um integrante do governo teria afirmado que as novas regras foram definidas em 2014, antes mesmo das eleições. "Em agosto, o governo reduziu em R\$ 8,8 bilhões a previsão do gasto com o abono salarial para este ano. A revisão consta do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2015, enviado naquele mês pelo Planalto ao Congresso", cita o jornal.

De acordo com a publicação, o integrante disse que os cálculos para a redução dos gastos foi feita com base nas regras que foram anunciadas após o resultado das eleições.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, as alterações devem diminuir o acesso ao benefício em 26,58% dos trabalhadores, levando em conta a base de dados do benefício em 2014.

No ano passado, 8.553.733 trabalhadores requereram o Seguro Desemprego com base nas regras antigas. Se as novas regras fossem aplicadas neste mesmo universo de pessoas, o que se configura um cenário real de requisição do benefício, já que nem todos os trabalhadores que se desligam dos empregos recorrem ao Seguro, 2.273.607, ou seja, 26,58% das pessoas não receberiam o benefício.

Redação O POVO Online.

"A Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada", diz ex-presidente

SÍTIO CIMI, 27.01.2015

Fonte da notícia: Por Ana Aranha, da Agência Pública.



Maria Augusta Assirati foi presidente interina da Fundação Nacional do Índio (Funai) por um 1 ano e 4 meses, tempo em que ela diz ter vivido com "grande descontentamento e constrangimento". Na gestão que menos demarcou terras desde José Sarney, ela aponta a interferência política do governo Dilma Rousseff como a maior responsável pela imobilização do trabalho técnico do órgão indigenista. "A orientação é no sentido de que nenhum processo de demarcação em nenhum estágio, delimitação, declaração, ou homologação, tramite sem a avaliação do Ministério da Justiça e da Casa Civil".

Na primeira entrevista desde que saiu, em outubro, ela fala sobre o estopim para o seu pedido de exoneração: uma manobra para licenciar a usina de São Luiz do Tapajós, que pode alagar terra Munduruku (leia mais na nossa reportagem). Depois de analisar o caso e se comprometer com os indígenas a publicar o relatório que delimita a terra, Assirati diz que foi obrigada a voltar atrás. "Nós tivemos que descumprir esse compromisso em razão da prioridade que o governo deu ao empreendimento. Isso é grave".

A ex-presidente da Funai fala sobre como tentou apresentar uma alternativa, propondo que se selecionasse outro local para a obra. Mas o governo não teria considerado a solução satisfatória, pois o setor elétrico indicava que o leilão precisava ser lançado ainda em 2014.

De fato, em setembro, o Ministério de Minas e Energia anunciou o leilão da usina de São Luiz do Tapajós. Mas dias depois teve que adiar para uma data não definida, pois o licenciamento da hidrelétrica ainda não estava concluído. A "culpa" do atraso não foi da Funai ou do Ibama. Faltava a conclusão do Estudo de Componente Indígena, avaliação de impactos que é feita pelo grupo de empresas interessadas em construir a hidrelétrica: Eletrobras, Eletronorte, GDF SUEZ, EDF, Neoenergia, Camargo Corrêa, Endesa Brasil, Cemig e Copel.

Hoje com 38 anos, Assirati é formada em direito e trabalhou em gestões municipais do PT em São Paulo. Foi para Brasília em 2007 para integrar a mesa de negociações com servidores

CONT.



públicos do Ministério do Planejamento. Desde então passou pelo Ministério da Saúde, Justiça e Secretaria-Geral da Presidência, sempre em áreas ligadas à interlocução com movimentos sociais.

Deixou a Funai em 1º de outubro de 2014, nove dias depois de uma tensa reunião com lideranças Munduruku sobre a terra indígena que pode ser alagada pela usina de São Luiz do Tapajós. Nesse encontro, ela disse aos indígenas que não poderia encaminhar a demarcação porque a hidrelétrica é prioridade de outros setores do governo. Hoje vive em Portugal, onde faz um curso de doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI.

Em setembro, o Ministério de Minas e Energia anunciou o leilão de São Luiz do Tapajós antes que a Funai pudesse dar seu parecer sobre a usina. Como interpretou esse ato?

Como uma completa desconsideração da presença dos indígenas na área de influência do empreendimento e dos seus respectivos direitos, além de uma desconsideração com o trabalho do órgão indigenista.

A Funai fez um parecer técnico apontando a usina como inconstitucional. Por que esse parecer ainda não entrou como documentação do processo de licenciamento?

A Funai não chegou a emitir o parecer sobre a licença previa de Tapajós, mas houve esse documento da equipe técnica. Assim que concluído o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), expusemos nossa posição institucional, que corrobora esse parecer da equipe técnica. O EIA aponta que um dos impactos é a supressão por alagamento de áreas dentro da terra indígena. Como o alagamento foi identificado, o empreendimento dependeria de remoção da comunidade indígena, o que é proibido pela Constituição Federal. No entanto, o Ministério do Planejamento e o Ministério de Minas e Energia alegam que não há terra indígena ali.

Por que o relatório de delimitação da Sawré Muybu, a terra que seria alagada pela usina, nunca foi publicado pela Funai?

O processo foi levado à consideração do Ministério da Justiça e Casa Civil, que, em virtude da usina, acreditam que a demarcação tem que ser discutida mais profundamente e com outros órgãos de governo.

Em reunião com os munduruku, a senhora revelou que a usina impedia a demarcação e disse que só permanecia no cargo porque acreditava em uma solução para o caso. Mas, nove dias depois, deixou a presidência da Funai. O que esse caso significou para a senhora? Foi o estopim para a sua saída?

Essa reunião foi um momento muito duro para todos nós: para os indígenas, para nós da Funai, e para mim, pessoalmente. Nós, como Funai, havíamos assumido um compromisso com os Munduruku no sentido da publicação do relatório [de delimitação da Sawré Muybu]. E nós tivemos que descumprir esse compromisso em razão da prioridade que o governo deu ao

CONT.



empreendimento. Isso é grave. Uma situação como essa fragiliza a confiança que deve pautar as relações com os indígenas. Eles já foram muito enganados, por mais de 500 anos. Uma relação de confiança não se constrói só com palavras, exige compromisso e coerência. Por isso procurei explicar a eles o que estava acontecendo, dizer como estávamos buscando solucionar essas questões e quais seriam os próximos passos. Mas a solução que, do ponto de vista da Funai, garante o respeito à legislação brasileira e os direitos indígenas daquele povo foi descartada pelo governo naquele momento. Espero que ela possa ser reconsiderada nesse segundo governo Dilma.

Qual foi a solução apresentada pela Funai?

Solicitei que fossem apresentadas alternativas locais para a barragem, que o setor elétrico indicasse outros locais possíveis para a construção, onde a comunidade não fosse afetada dessa forma. A aldeia é uma área de habitação permanente daquela comunidade munduruku. Além do grave impacto que isso geraria aos indígenas, há também um entrave jurídico. Adverti sempre que a remoção daquele local é uma situação que o nosso ordenamento jurídico proíbe.

Como a proposta de mudar o lugar da barragem foi recebida?

Não foi considerada como uma solução satisfatória tendo em vista que, segundo o setor elétrico, havia necessidade de realizar o leilão em 2014.

Quem são os representantes do governo federal que defendem o projeto da usina mesmo com o alagamento de uma terra indígena?

É um projeto prioritário do PAC, essas prioridades são definidas junto ao Palácio. Além do setor elétrico, há uma dedicação especial do Ministério do Planejamento. Como é um projeto caro à própria Presidenta, vira um projeto prioritário para todo o centro de governo.

Como o governo federal pretende driblar a Constituição?

Como presidenta da Funai quando no governo e como ex-presidenta e cidadã hoje, eu não acho que a Constituição tem que ser driblada. Acho que tem que ser respeitada e o parágrafo 5º do artigo 231 diz: "É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, garantido o retorno imediato logo que cesse o risco". Essa proibição foi expressamente colocada na Constituição para evitar que qualquer interesse se sobreponha ao direito dos indígenas de viverem em suas terras e impedir que fossem removidos sob quaisquer pretextos, como era permitido antes de 88. Hoje uma remoção forçada é mais difícil, justamente porque há uma proteção normativa.

CONT.



Como o governo planeja viabilizar a usina apesar desse impedimento constitucional?

O parágrafo 3º do artigo 231 diz que o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas só pode ser efetivado com "autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados". Como não há lei regulamentando isso, há quem ache fundamental a proposição de um projeto de lei dizendo como se dará a exploração desses recursos dentro de terra indígena.

Eu acho que isso vai ser muito prejudicial nesse contexto político em que está em curso a mais grave ofensiva aos povos indígenas pós-democratização. Regulamentar nesse momento é afirmar que os recursos naturais são mais importantes que os próprios indígenas. E pergunto: os povos indígenas serão consultados sobre isso? Terão participação nesse debate? Depois, mesmo que regulamentado esse parágrafo, a vedação do parágrafo 5º continuará existindo e, portanto, proibindo que os Munduruku sejam removidos.

Essa tentativa de mudança é um caso isolado? Como ela se assemelha ao PLP 227 (projeto que regulamenta situações em que não-índios podem explorar terras indígenas)?

Tudo isso vem no bojo dessa ofensiva anti-indígena: PEC 215 [pretendia transferir ao Legislativo a decisão final sobre a demarcação], regulamentação de artigos da Constituição, mudanças no procedimento de demarcação. Quando estava na Funai apresentamos uma nota técnica manifestando nossa posição contrária a esse projeto e as razões. Esse PLP cria situações que reduzem as possibilidades de demarcação de terras. Só por isso já é impróprio.

Há ainda a portaria 303 da Advocacia Geral da União (estende para todas as demarcações as condicionantes criadas em Raposa Serra do Sol, como por exemplo proibir a extensão de terras já demarcadas). Qual o contexto político em que essa norma foi aprovada?

Um dia cheguei para trabalhar e essa portaria estava publicada no Diário Oficial. Não tive acesso a nenhuma informação prévia à aprovação, pois sequer sabia que a AGU tomaria uma medida como essa. Não sei se foi discutida com alguém ou com algum órgão de governo antes da publicação. Ela afeta muito negativamente os direitos territoriais indígenas. Inclusive diz que haveria revisão de processos de demarcação já concluídos. Isso é um absurdo político e jurídico.

O governo Dilma foi o que menos demarcou terras desde José Sarney. Como a senhora viveu isso na presidência da Funai?

Com grande descontentamento e constrangimento. Acho esse número lastimável para um governo que se diz democrático e que teve um importante apoio de setores populares.

Caiu também o número de delimitações de terras indígenas, processo que depende apenas da Funai. Há orientação para que o órgão segure esses processos?

CONT.



A orientação é no sentido de que nenhum processo de demarcação em nenhum estágio, delimitação, declaração, ou homologação, tramite sem a avaliação do Ministério da Justiça e da Casa Civil. Isso é, nada mais, nesse momento, "depende apenas da Funai".

O governo Dilma está operando um processo de desconstrução da Funai?

O que sei é que a Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada. Ela precisa ser fortalecida, e ter o mínimo de condições para sua sobrevivência e bom funcionamento. Não tem recebido a atenção que merece do ponto de vista administrativo e político. Não foi realizado ou sequer aprovado um concurso público, o orçamento é insuficiente. Sob o aspecto político-institucional, esse apoio também não vem. A Fundação segue com um dirigente interino enquanto ruralistas afirmam publicamente que os processos da Funai são fraudulentos, o que é uma grande calúnia, e não há defesa por parte de setores importantes do governo.

Em 2013, a então ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann pediu a suspensão de demarcações com base em estudo da Embrapa. Logo depois o governo anunciou que demarcações seriam submetidas a outros órgãos. O que essa mudança significa?

A Funai já tem a prerrogativa de consultar outros órgãos e já faz isso sempre que necessário. Isso não sou eu que digo, basta olhar os processos: consulta-se o Incra, a Fundação Palmares, o ICMBio, o Ibama, o Iphan. Mas não vejo como a imposição da obrigatoriedade de consultar outros órgãos, como o Ministério da Agricultura, a Embrapa e o Planejamento pode contribuir para concluir um estudo de identificação de terra indígena. Que elementos técnicos imprescindíveis esses órgãos podem produzir acerca da identificação de um território tradicional ou de sua delimitação? Sua participação, em meu entender, seria de ordem política, com vistas à defesa de interesses que estão fora do âmbito dos direitos constitucionalmente garantidos aos povos indígenas.

Como a Constituição mudou os processos de demarcação?

Antes das atuais garantias constitucionais, a Funai fazia o estudo de identificação com base em elementos técnicos, apresentava uma delimitação e esse trabalho era submetido a uma apreciação de um colegiado, que ficou conhecido como "grupão". Em Brasília, o "grupão" definia, segundo critérios políticos, qual seria o limite da terra indígena. Mas, com os parâmetros estabelecidos a partir de 88, isso é impensável.

Como é hoje?

A partir da Constituição de 88 e da atual legislação, os processos se aperfeiçoaram e se sofisticaram. As equipes se especializam continuamente, há profissionais competentes nessa área. Claro que se pode colocar em análise algum aspecto jurídico, para isso há análise pela AGU e Ministério da Justiça. A legislação também prevê um prazo para que qualquer interessado conteste, apresente novos elementos e questione aspectos técnicos e jurídicos. Ao

CONT.



fim, quem decide sobre a declaração da área como terra indígena é o Ministro da Justiça. Caso precise de novos elementos, ele ainda pode solicitar a realização de diligências. E, depois disso tudo, ainda há uma análise da Casa Civil. Portanto, a legislação atual já traz instrumentos suficientes para a efetivação segura de um processo de demarcação.

Qual será o impacto dessa série de mudanças propostas pelo governo?

Uma efetiva política indigenista pública precisa de um órgão plenamente capaz de coordená-la e implementá-la. Hoje, a ação indigenista ainda não faz parte da preocupação e atuação de um grande número de órgãos públicos, federais, estaduais e municipais. Isso significa que, em certos casos, se a ação da Funai não chegar aos indígenas, nenhuma outra ação pública vai chegar a eles. Por isso, o desempenho da Funai é fundamental para a sobrevivência de muitos indígenas. Um funcionamento inadequado pode significar perdas irreparáveis. A desconsideração de comunidades indígenas por parte do Estado pode permitir ou acarretar a perda de vidas indígenas, ou até o desaparecimento de todo um povo indígena, o que equivale a um genocídio.

A Secretaria-Geral da Presidência coordena o processo de consulta aos Munduruku sobre as usinas no rio Tapajós. As demandas dos indígenas estão sendo ouvidas?

Não dá para fazer consulta como se ela fosse mera etapa burocrática ou obrigação processual apenas. O que está em questão são vidas que serão modificadas para sempre em função dessa intervenção [usinas]. Não dá para encarar como se os indígenas fossem um empecilho ou um fator de atraso no cronograma de um empreendimento. A intervenção é que interrompe, dificulta ou impede as práticas das comunidades indígenas. A demanda dos munduruku é, primeiro, entender o que se passa. Querem um diálogo respeitoso, esclarecedor e num tempo que permita verdadeiramente isso. Os momentos de diálogo que ocorreram durante o período em que eu estive na Funai não foram suficientes para esclarecer as questões que o povo munduruku tem sobre o assunto.

O governo trata a consulta como “mera etapa burocrática”?

A meu ver, parte do governo, em especial a parte que considera apenas a importância de empreendimentos de infraestrutura, trata assim. Mas há uma parte que não trata. A Ministra Tereza Campello fez questão que o Ministério de Desenvolvimento Social realizasse uma consulta prévia à realização de uma pesquisa em comunidades indígenas.

Em entrevista ao El País, a procuradora Thais Santi denunciou o não cumprimento das condicionantes em Belo Monte, o que provocou impactos profundos e irreversíveis entre os indígenas. Por que a Funai não exigiu que a Norte Energia cumprisse o plano?

A Funai cobrou inúmeras vezes o cumprimento das condicionantes. Eu mesma assinei muitos documentos nesse sentido. Mas exigir é uma medida que está bastante distante das possibilidades da Funai. Lembrando, inclusive, que o órgão licenciador é o Ibama, que também já recebeu muitos ofícios da Funai nesse sentido.

CONT.



A procuradora descreve os impactos de Belo Monte como etnocídio e aponta a senhora, quando presidente da Funai, como uma das responsáveis. Como responde a essa acusação?

Reconheço e respeito a importância do trabalho do Ministério Público. Mas estar na posição de presidente da Funai é bem diferente, bem mais difícil. Primeiro porque não compete à Funai conceder, negar ou suspender licenças de empreendimentos. Isso é competência do Ibama. Se o Ibama não considera o descumprimento de certas condicionantes apontadas pela Funai (e pelo MPF) como razão para rediscutir a licença de um empreendimento, não é a Funai quem vai reverter administrativamente essa situação. O que compete à Funai é cobrar do empreendedor e do Ibama. E isso nós fazemos sempre, inclusive em Belo Monte. Mas, se nem o próprio judiciário solucionou a questão nos mais de dez processos judiciais a que esse empreendimento foi submetido, parece que nada é tão simples como na compreensão da Dra. Thais. Não se resolve apenas a partir de aspectos administrativos e jurídicos.

A Funai ainda é capaz de desempenhar seu papel de defesa dos direitos indígenas no Brasil?

A Funai é, sem dúvida, a instituição pública comprometida com a defesa dos direitos indígenas no Brasil. Essa é a sua missão institucional, mas tem sido cada vez mais difícil desempenhar esse papel com a qualidade e especificidade que os povos indígenas demandam e merecem. A Funai precisa ser fortalecida. O movimento indígena e outros segmentos da sociedade civil têm tido um papel importante, é fundamental que continue a mobilização social em favor dos direitos indígenas. Mas não dá para desconsiderar que garantir a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas no Brasil é uma obrigação inequívoca do Estado. Ou o governo olha com respeito para a Funai e para a importância de sua missão, ou deixará claro que não se importa nem se responsabiliza pelo futuro dos povos indígenas no Brasil.



MPF contesta Funai e insiste na demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu
SÍTIO CIMI, 27.01.2015

Fonte da notícia: Assessoria de Comunicação - Procuradoria da República no Pará.

O Ministério Público Federal apresentou contestação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, para que a Fundação Nacional do Índio seja obrigada a dar prosseguimento ao processo de demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, dos índios Munduruku, em Itaituba, oeste do Pará. O território será alagado em caso de construção da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós e o reconhecimento dele é crucial para que os direitos dos índios sejam reconhecidos no licenciamento da barragem.

O MPF havia obtido, na Justiça Federal de Itaituba, uma liminar obrigando a Funai a dar prosseguimento à demarcação, mas o TRF1 concedeu efeito suspensivo (uma suspensão temporária até o julgamento dos recursos), paralisando novamente o procedimento, que já ultrapassou a fase mais custosa, que é o trabalho de identificação e delimitação. A próxima etapa deveria ser a publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), um passo procedimental sem custos significativos para o governo.

Mesmo assim, a Funai alegou, para pedir a suspensão, que não poderia prosseguir a demarcação por questões de planejamento e custos. Para o MPF, o argumento não se sustenta. "Ao contrário, economia maior se realizaria se houvesse a efetiva assinatura e publicação do RCID. Afinal, grandes gastos de recursos públicos já ocorreram na contratação e manutenção dos trabalhos do Grupo Técnico (que fez os levantamentos de campo que resultaram no relatório). Publicar o resultado deste trabalho não implica gasto público. Em outras palavras, não publicar o RCID representa elevados gastos públicos", diz o recurso assinado pelos procuradores Janaina Souza e Camões Boaventura.

A paralisação da demarcação agrava os conflitos já existentes na terra indígena, como invasões de madeireiros e garimpeiros. Outra preocupação é que a Sawré Muybu está no caminho dos projetos de aproveitamento hidrelétrico na região. A terra onde vivem os índios será alagada se o governo federal construir a usina de São Luiz do Tapajós. Sem a delimitação do território, os Munduruku podem ter seus direitos ignorados no processo de licenciamento e até serem vítimas de remoção forçada, o que é vedado pela Constituição brasileira.

O MPF menciona na contestação, que a ex-presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, em reunião com os índios Munduruku em Brasília no dia 17 de setembro de 2014, admitiu que a publicação do RCID já deveria ter sido feita mas não o foi por interferência de setores do governo interessados na usina hidrelétrica. A reunião foi gravada e a transcrição, enviada ao Tribunal, registra: "Eu acho que essa terra indígena já deveria estar demarcada, já deveria ter sido o relatório publicado, mas que isso não depende da vontade de uma só pessoa, de um só

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15/ 2015

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

órgão. Isso é um conjunto de fatores que define essas questões, que não sou só eu que posso ditar quais são os interesses prioritários do governo”. Logo depois, Maria Augusta deixou o cargo.

[Íntegra da contestação](#)

Processo no TRF1 0064080-17.2014.4.01.0000/PA

Processo na Vara Federal de Itaituba 1258-05.2014.4.01.3908



MPF/TO promove audiência pública para debater licenciamento para desmatamento de área a ser demarcada para os Apinajé

SÍTIO CEDEFES, 27.01.2015

Evento terá a participação do Naturatins para explicar a concessão das licenças de desmatamento sem a participação da Funai.

O Ministério Público Federal no Tocantins, por intermédio da Procuradoria da República no Município de Araguaína, promove no próximo dia 6 de fevereiro, a partir das 9 horas na sede do Ministério Público Estadual em Tocantinópolis, audiência pública para debater o licenciamento ambiental concedido para desmatamento no entorno da Área Indígena Apinajé, no norte do estado. O objetivo é identificar possíveis atuações destinadas a evitar ou reduzir os transtornos e lesões a direitos dos indígenas que foram diretamente atingidos por licenças ambientais concedidas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) sem a participação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A pauta do evento prevê que a procuradora da República Ludmilla Vieira faça uma apresentação das peculiaridades da questão, especialmente as relacionadas aos licenciamentos ambientais concedidos pelo órgão ambiental estadual em área que afeta os direitos indígenas sem a participação da Funai, e as medidas inicialmente visualizadas para solução do impasse.

Também haverá espaço para que o Naturatins explique como é o procedimento ambiental em áreas que afetam os direitos indígenas e se o órgão obedece à Instrução Normativa n. 01/2012, que estabelece normas sobre a participação da Funai no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividade causadora de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas, além de expor as providências e soluções para evitar ou reduzir os transtornos aos índios.

A palavra também está assegurada aos representantes dos indígenas apinajé e krahô e à população em geral para noticiar os transtornos experimentados e propor soluções e encaminhamentos técnicos e jurídicos, tanto aos órgãos públicos com competência administrativa na matéria como ao Ministério Público Federal. Tenha acesso à íntegra do Edital de Convocação para a audiência pública.

Manifestação

No dia 16 de janeiro, índios apinajé interromperam o fluxo de veículos em um trecho da rodovia TO-210 nas proximidades de Tocantinópolis, que só foi liberado da ocupação pelos indígenas após intermediação do Ministério Público Federal. Os índios se manifestavam contra o desmatamento do território, que é reivindicado como terra indígena e está em processo de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15/ 2015

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

regularização fundiária, mas recebeu licença para o desmatamento. Ludmilla Vieira se reuniu com as lideranças indígenas no local da ocupação e se comprometeu a promover a audiência pública para debater o caso, principal reivindicação para que o tráfego fosse reestabelecido.

Procuradoria da República no Tocantins.

Fonte: MPF TO.

Peixes morrendo no rio São Francisco preocupam população

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2015

Segundo presidente do Codema de São Francisco, motivo seria aumento de cianobactérias decorrentes da poluição da água juntamente com o baixo nível da água



José Vítor Camilo – O Tempo

Dono há 25 anos de um rancho na cidade de São Francisco, no Norte do Estado, o comerciante Benedito Hermenegildo Moreira, de 49 anos, o Gildo, se assustou com a situação do Velho Chico neste fim de semana. Com o nível muito baixo, o rio já não serve como meio de transporte para muitos barcos e impurezas matam peixes e assustam os pescadores, principais turistas da região.

“Nunca tinha visto ele nesse estado. Cada ano que passa o rio está pior. Achei inclusive um surubim de uns 40 Kg morto na margem, sem falar nos vários outros que vimos descendo no leito do rio”, relatou o comerciante, que também é pescador. Assustado, ele resolveu fazer fotos e divulgar, com o objetivo de pressionar as autoridades a tomarem medidas para salvar o principal rio de Minas Gerais.

As imagens foram feitas na região conhecida como Barreira dos Índios, a cerca de 23 km de São Francisco. “O nível está muito baixo, muito assoreado. Até mesmo o pessoal que fiscaliza

CONT.



o meio ambiente encontra dificuldade para percorrer o rio e analisar a situação. O problema dos peixes é que as matrizes, que fazem a manutenção dos peixes da região, estão morrendo e a população vai só diminuindo. Estão dizimando os peixes”, contou Gildo.

O problema principal não é para os turistas, mas sim para quem vive na cidade e depende tanto do turismo como da pesca de subsistência. É o caso de João Antônio Neves, de 65 anos, o Toninho, que conserta motores de barcos dos pescadores. “Está complicado, deu uma chuvinha de cinco minutos na semana passada e agora está só baixando. As balsas já pararam de funcionar por conta dos bancos de areia no meio do rio”, disse.

Mas, ainda segundo o homem, que vive na cidade há 44 anos, o principal problema é qualidade da água. “Ela está fedendo já. Muita gente que vive na beira sempre bebeu água do rio e agora está tendo que buscar água na cidade por causa dessas impurezas. O fundo só tem lodo, antigamente não tinha isso”, lamentou o local.

Toninho ainda conta que recentemente levou algumas pessoas em um passeio pelo rio e deixou todos abismados com a situação. “Foram até no meio do rio só caminhando. É de se assustar o quanto ele está seco”, finalizou.

Culpa dos dejetos

De acordo com João Naves, presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema), a culpa para a mortalidade dos peixes estaria no despejo de materiais químicos na água. “Existem muitas indústrias, siderúrgicas, plantações, principalmente em Três Marias, que acabam despejando produtos e agrotóxicos que, quando o nível da água está normal, não fazem tanta diferença. Porém, na situação em que se encontra, aumenta o número de cianobactérias”, explica.

Ainda de acordo com ele, os peixes que morrem são os sem escama, que costumam ficar no barro. “Geralmente surubim, cascudo. Mas é uma quantidade muito grande que está morrendo. Tenho recebido muitos relatos dos moradores”, falou. João afirma que há anos vem alertando os governos a respeito dos problemas hídricos, mas que pouco é feito. “É um assunto muito sério, mas é culpa da falta de planejamento, falta de reparo e fiscalização das empresas”.

Foto: Nível baixo também prejudica transportes e deixa água imprópria para consumo. Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos..



Nota de repúdio – Quilombolas têm casas incendiadas em Alto Alegre, Maranhão
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2015

Comissão Pastoral da Terra

“A Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alto Alegre do Maranhão, por meio desta nota, repudiam, com veemência, mais um ato de violência ocorrida no interior do Maranhão, afetando diretamente comunidade quilombola”. Confira o restante da Nota:

Em 25 de janeiro de 2015, domingo, enquanto participavam de reunião do território quilombola de Mamorana, zona rural de Alto Alegre do Maranhão, as lideranças quilombolas José Maria da Conceição e Raimundo Gomes Soares, o “Sabonete”, tiveram suas casas criminosamente incendiadas e, em consequência, perderam todos os pertences de uso doméstico, sementes para plantio (arroz, feijão e milho), ferramentas de trabalho e um paiol de arroz.

Desde o ano de 2009 que a comunidade vem sofrendo com ameaças constantes por parte de fazendeiros da região, envolvendo diretamente criadores de gado bovino do médio Mearim, em especial o Sr. José de Arimateia, que ingressou em 2010 com ação de reintegração de posse contra as famílias quilombolas, tendo perdido a ação. Não satisfeito, o criador de gado tem tentado cercar mais de 400 hectares de terra pertencente ao território quilombola.

A situação é extremamente grave! Apesar dos anos de conflito e de inúmeras denúncias realizadas pelos trabalhadores rurais, o processo de titulação da comunidade, realizado pelo INCRA, tem caminhado muito lentamente. As famílias quilombolas temem que haja mais violência e que suas lideranças sejam mortas.

O Estado do Maranhão ocupa o primeiro lugar em número de conflitos agrário no Brasil. Somente em janeiro de 2015, mais de 35 conflitos agrários em todo o estado. A inércia do governo federal, em realizar reforma agrária e titular territórios quilombolas, é responsável direta pela quantidade absurda de conflitos agrários.

Alto Alegre do Maranhão, 26 de Janeiro do de 2015.

Antonia Calixto de Carvalho - Comissão Pastoral da Terra/MA.

Francisca DA Silva Vieira - Presidente STTR de Alto Alegre do Maranhão.

Indígena Umutina formada na Unemat é aprovada para doutorado na UnB
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2015

Umutina é formada na primeira turma de curso superior específico de uma universidade pública para a formação de professores índios no Brasil



Por SECOM MT

A índia Umutina Eliane Boroponepa Monzilar, de 36 anos, foi aprovada no doutorado em Antropologia Social pela Universidade Nacional de Brasília (UnB). Umutina é egressa da Unemat, formada na primeira turma de curso superior específico e diferenciado de uma universidade pública para a formação de professores índios no Brasil.

Oriunda de Barra do Bugres, ela relata que está realizando um sonho. “Estou feliz, estou realizando o meu maior sonho que é cursar o doutorado. A minha trajetória passou por vários percursos, enfrentei muitos desafios para dar continuidade aos estudos. Como muitos jovens indígenas, tive que sair da aldeia por algum tempo para estudar. Foi um período muito difícil, mas muito significativo na busca de conhecimento para o meu próprio desenvolvimento e o de minha comunidade”.

Eliane Boroponepa Monzilar ingressou na Unemat em 2001 com a abertura dos cursos de Formação de Professores Indígenas, recebendo o diploma de nível superior em 2006. “O curso é pioneiro, e uma conquista na educação escolar indígena. Em seguida fiz a especialização na Faculdade Indígena Intercultural, também pela Unemat terminando o curso em 2009”, relata.

CONT.



A trajetória acadêmica da Índia Umutina inclui ainda o mestrado profissional em desenvolvimento Sustentável na modalidade: Sustentabilidade Junto a Povo e Terras Indígenas pela Universidade Nacional de Brasília (UnB). "Cursar o doutorado em Antropologia Social é aprofundar o conhecimento em relação à antropologia, compartilhar, dialogar e trocar experiências, pois é muito interessante e importante. A comunidade Umutina sempre me apoiou nesse processo de formação e tenho certeza que vai apoiar neste novo desafio, pois contribuirá muito no ensino aprendizagem para minha comunidade e para as escolas indígenas, pois é uma oportunidade de fortalecer a discussão sobre políticas que estão acontecendo em nível estadual e federal para os povos indígenas".

Sobre a Unemat: A Universidade do Estado de Mato Grosso é pioneira no Brasil e na América Latina com a oferta de cursos específicos e diferenciados para povos indígenas, tendo formado mais de 300 acadêmicos das turmas de 2006, 2009 e 2012, além de ter proporcionado cursos de pós-graduação para 94 acadêmicos. Os cursos são oferecidos no campus da Unemat em Barra do Bugres e a execução dos mesmos é feita por meio de parcerias desenvolvidas com a Fundação Nacional do Índio (Funai), Governo de Mato Grosso por meio da Secretaria de Educação e Secretaria de Ciência e Tecnologia, e também pela Prefeitura de Barra do Bugres.

Foto: Índia é oriunda de Barra do Bugres. Foto: Ednilson Aguiar.

Dobra número de índios em protesto na Secretaria de Saúde Indígena de RR
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2015

"Vamos ficar no prédio até o último índio ser retirado", diz liderança. G1 entrou em contato com o Ministério da Saúde e aguarda retorno.



Por Emily Costa, no G1 RR

Mais de 80 indígenas passaram a protestar na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em Roraima nesta terça-feira (27), em Boa Vista. Os indígenas, da etnia Yanomami, Xirixana e Xiriana pedem a exoneração da atual coordenadora da pasta e ocupam o prédio há mais de uma semana.

O G1 tentou contato com a coordenadora da Sesai, Maria de Jesus do Nascimento, mas ela não quis se pronunciar sobre o caso. A reportagem também contatou o Ministério da Saúde e aguarda retorno.

Segundo Anselmo Yanomami, um dos líderes da ocupação, os indígenas que protestam na Sesai vieram da Terra Indígena Yanomami (TIY) e da Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai), em Boa Vista. Ele frisou que o protesto além de ser pacífico, "tem apoio de lideranças indígenas que lutam por melhorias na saúde dos Yanomami".

CONT.



“Temos apoio de muitas pessoas porque a precariedade da saúde na terra é grande. Há comunidades quem têm apenas quatro pessoas na equipe médica para atender a mais de 1000 índios e por isso, crianças, mulheres e idosos morreram nos últimos meses”, lamentou Anselmo.

De acordo com ele, uma decisão liminar que cobra a reintegração de posse já foi emitida pela Justiça e deve ser entregue oficialmente na manhã desta terça-feira aos manifestantes. A ação foi ajuizada pela Advocacia Geral da União (AGU) na última quarta-feira (21).

“Quando formos notificados, vamos recorrer da decisão e continuar ocupando o prédio. Ficaremos aqui até o último Yanonami ser retirado do prédio”, garantiu Anselmo, acrescentando que um ex-servidor público federal, que já atuou na Secretaria, deve ser indicado para substituir a atual gestora da Sesai.

Ocupação

Iniciado com a participação de 50 índios, o protesto na Sesai cobra melhorias no serviço de atendimento médico na Terra Yanomami. Além de pedirem a exoneração da coordenadora, eles reivindicam maior número de funcionários nos pólos de atendimento nas comunidades indígenas, compra de medicamentos e a aquisição de horas de voo para levarem indígenas doentes para dentro e fora das Terra.

Foto: Índios se reuniram na manhã desta terça-feira (27) na Secretaria Especial de Saúde Indígena, no Centro de Boa Vista. Foto: Emily Costa/ G1 RR.



No Paraná, qualificação profissional contribui para educação de qualidade

SÍTIO BEM PARANÁ, 27.01.2015

Mais de 620 profissionais da rede estadual de educação tiveram a oportunidade de afastamento remunerado de suas atividades docentes, pedagógicas ou administrativas para cursar Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado entre 2012 e 2014. Essa é uma ação inédita no Estado e faz parte do compromisso do governo do Paraná para garantir uma educação de qualidade a mais de 1,3 milhão de alunos da rede.

A medida garante a formação continuada dos profissionais da educação do Paraná e contempla servidores do Quadro Próprio do Magistério (QPM) e do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) que tenham sido admitidos em Programa de Pós-Graduação stricto sensu reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para que possam se dedicar exclusivamente aos estudos.

Anualmente, são ofertadas 300 vagas para afastamentos no período de até dois anos. O Núcleo de Curitiba foi o que mais contabilizou profissionais afastados, 109 no total, seguido dos Núcleos de Londrina (51), Cascavel (45), Ponta Grossa (44) e Maringá (41).

Para as professoras de Língua Portuguesa Fernanda Isidoro Valadão, do Colégio Estadual Doutor Aloysio de Barros Tostes, em Nova Fátima, e Gislayne Marques Tombolin, da Escola Estadual Padre Manoel de Nóbrega, em Cornélio Procópio, essa é uma oportunidade única para a formação profissional, que possibilita ao professor se afastar de sala de aula para repensar a prática docente.

Fernanda, que trabalha com alunos do 6º ao 9º ano, relatou que seria inviável fazer um mestrado se não fosse o licenciamento. A professora tem de percorrer semanalmente quase 100 quilômetros para chegar à Universidade Estadual de Londrina (UEL) e é a única docente no município que está finalizando uma pós-graduação stricto sensu. "Se não fosse o afastamento, não iria conseguir conciliar os horários de aula no Estado com os da Universidade. Além disso, o mestrado exige muita leitura e precisamos de tempo para aprofundar os conceitos estudados".

Gislayne concorda. "Fazer um curso de mestrado estando em sala de aula é mais difícil, pois requer dedicação aos estudos. Preparar uma aula também exige tempo e dedicação. Assim, sem o afastamento, a qualidade de ambos fica comprometida", comentou a professora, que participa do Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras) na UEL, destinado aos docentes de Língua Portuguesa do ensino fundamental.

A bióloga e técnica administrativa Gisele Aparecida Fidelis, que auxilia professores no laboratório de Ciências do Colégio Estadual Sílvio Magalhães de Barros, em Maringá, e

CONT.



atualmente cursa doutorado em ensino de Biologia na Universidade Estadual de Maringá, afirmou que cursos de especialização proporcionam a atualização teórica dos profissionais. Gisele foi aprovada no último concurso público para integrar o quadro de professores do Estado e vê no afastamento uma valorização profissional de docentes e técnicos.

Para a professora de História e doutora em Educação Especial Lúcia Gouvea Buratto, que no ano passado atuou na Sala de Recursos Multifuncional do Colégio Estadual Bento Mossurunga, em Ivaiporã, os resultados das intervenções e pesquisas realizadas nesses cursos apresentam indicadores que poderão subsidiar a elaboração de políticas públicas na área educacional.

Lúcia está afastada para cursar pós-doutorado na área de Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. A professora atua com a formação de professores e agentes indígenas de saúde para prevenção do alcoolismo na Terra Indígena Ivaí, município de Manoel Ribas, região central do Estado, e orienta aos alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio em relação à Síndrome Alcólica Fetal.

Durante o período de afastamento para o pós-doutorado, a professora, que já atuou no Núcleo Regional da Educação de Ivaiporã como coordenadora de Educação Escolar Indígena e fez parte da equipe de Educação Especial, realizou um curso de capacitação para professores indígenas e agentes indígenas de saúde sobre prevenção de deficiência e inclusão de indígenas com deficiências na Terra Indígena Faxinal, em Cândido de Abreu.

"O afastamento do professor de suas atividades para o aprofundamento dos estudos contribui de forma significativa para a melhoria da qualidade da educação", apontou a docente, que possui artigos publicados em periódicos.

SEED – Segundo os técnicos pedagógicos do Departamento de Educação Básica da Seed, Tiago Rocha e Lucimar Gusmão, afastados em 2012 para finalizarem o Mestrado ofertado pela Universidade Federal do Paraná na área de Educação em Ciência e Matemática, todo o aprendizado adquirido foi empregado em ações cotidianas desenvolvidas pelo departamento, que produz orientações pedagógicas relativas às disciplinas do currículo.

De acordo com Lucimar, responsável pela disciplina de Matemática, o licenciamento é essencial para que o profissional possa se dedicar à pesquisa, a qual exige tempo para leitura e requer maior diálogo com o orientador. "O professor nunca para de estudar. Ele tem de se aperfeiçoar constantemente e o mestrado contribui com a formação do professor-pesquisador", comentou.

Opinião compartilhada por Tiago, que há nove anos atuou como professor de Física no Colégio Estadual Júlio Szymanski, em Araucária, Região Metropolitana de Curitiba. O professor pesquisou sobre o ensino de Física Moderna e Contemporânea na Educação Básica e aplicou o que aprendeu com alunos do 4º ano do curso de Formação de Docentes.

Para ele, o mestrado proporcionou um novo olhar sobre a prática pedagógica em sala de aula. "Desenvolvi uma proposta didática que contemplava o estudo de Física Moderna por meio da

CONT.



abordagem histórico-filosófica da Ciência. É importante que os alunos vejam a Física como uma ciência presente no dia a dia e que está em constante transformação”, apontou Tiago, que vê no benefício concedido um ganho para a educação, já que o profissional devolve à sociedade o conhecimento adquirido.

Desde 2012, os cursos de pós-graduação stricto sensu são reconhecidos para progressão. Até então, apenas quem cursava o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) poderiam atingir o último nível na carreira.

PDE – Além do processo de afastamento para cursos de mestrado e doutorado, a Secretaria da Educação mantém o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e com 14 instituições públicas de ensino superior do Estado.

O programa é desenvolvido em dois anos e destinado aos servidores QPM. O afastamento também é remunerado e no primeiro ano o profissional fica totalmente afastado de suas atividades de docência para se dedicar aos estudos teóricos. No segundo ano, o profissional volta para a sala de aula, podendo dedicar 25% da carga horária para aplicação prática de sua pesquisa na rede de ensino e o restante do tempo aos estudos.

“Os cursos stricto sensu e o PDE proporcionam aos profissionais da educação se especializar em sua área de conhecimento e promove a articulação entre o saber teórico e a ação político-pedagógica. É a valorização dos profissionais da educação no Estado, que, ao se capacitarem, contribuem ainda mais para a melhoria da educação na região”, ressaltou o coordenador de Articulação Acadêmica da Secretaria, Cassiano Roberto Ogliari.

De 2011 a 2014 passaram pelo PDE mais de 6.700 professores.



Projeto estimula produção de alimentos em aldeias Tembé

SÍTIO PORTAL EBC, 27.01.2015

Equipe da Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – vai elaborar um diagnóstico em cinco das treze aldeias da etnia Tembé, no município de Santa Luzia do Pará.

O objetivo é ampliar a infraestrutura de produção de alimentos e a qualidade de vida dos indígenas.

A empresa também tem mantido contato com os índios Tembé para discutir o acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida. Este ano, os indígenas passam a ter acesso ao incentivo habitacional, mas precisam da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que é fornecida pela Emater. Só no final do ano passado, o órgão emitiu cerca de cem declarações.

Segundo a Agência Pará de Notícias, a Emater vai acompanhar o processo de construção das residências para os Tembé e vai apoiá-los com um projeto de piscicultura.

Eles vão ser capacitados no processo de produção de peixe, que inclui a construção dos tanques, a alimentação, o manejo e o processamento do pescado.

O sistema vai ser desenvolvido em gaiolas, o que, segundo a Emater, é mais apropriado para as aldeias. O potencial hídrico existente nas terras será aproveitado.



MPF cobra da Funai demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu

SÍTIO PORTAL EBC, 27.01.2015

Graziele Bezerra

O Ministério Público Federal voltou a cobrar na Justiça que a Funai dê continuidade ao processo de demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, dos índios Munduruku, em Itaituba, no oeste paraense.

De acordo com o MPF, a construção da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós, no interior da reserva, inundaria a terra indígena, causando a perda de aldeias, florestas e cemitérios do povo munduruku; e a demarcação é a única forma de evitar que isso aconteça.

Em outubro do ano passado, o judiciário paraense chegou a estabelecer um prazo para a retomada da demarcação. Mas já se passaram quase três meses e nada foi feito.

Por meio de sua assessoria, a Funai informou que conseguiu na justiça a suspensão dessa decisão. Portanto, fica desobrigada de prosseguir com a demarcação. Pelo menos por enquanto.

A Funai é a parte responsável pela elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena. Esse documento é o passo que antecede a demarcação oficial, por isso, é fundamental ao processo.

De acordo com o Ministério Público Federal, o relatório está pronto desde 2013, mas depende de publicação. Caso contrário, o processo não pode seguir.

Em documento enviado à justiça em meados de janeiro, os procuradores Luís de Camões e Janaína Andrade afirmam que a ex-presidente da Funai Maria Augusta Assirati, reconheceu a demora na publicação do relatório durante reunião na sede da Fundação, em setembro do ano passado. Dias depois, ela deixou o cargo.



Parque do Araguaia, criado em 1959, compõe a Lista de Ramsar

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.01.2015

Inspirado com a criação do primeiro parque nacional dos EUA, o Parque Yellowstone, JK decidiu designar a Ilha do Bananal para criar a Unidade de Conservação. Saiba mais

Por Portal Brasil



Com 20 mil Km² de extensão, a Ilha do Bananal é a maior ilha fluvial do mundo, além de um dos santuários ecológicos mais importantes do País

Em 1959, inspirado e entusiasmado com a criação do primeiro parque nacional dos EUA, o Parque Yellowstone, o então presidente (1956-1961) Juscelino Kubitschek decidiu também criar o primeiro parque brasileiro. Em 17 de dezembro daquele ano, por meio da Lei Estadual 2.370, foi autorizada a doação da Ilha do Bananal para a União. Apenas 14 dias depois, JK designou a ilha para a criação do Parque Nacional do Araguaia.

À época, o território pertencia a Goiás, ao norte do estado. Hoje está no sudoeste do Tocantins, abrangendo parte dos municípios de Formoso do Araguaia, Pium e Lagoa da Confusão.

Cercada pelos rios Araguaia e Javaés, a ilha foi descoberta pelo sertanista José Pinto Fonseca em 1773, recebendo o nome de Santana. Depois, devido à existência de extensos bananais silvestres, passou a ser chamada Bananal.

Com 20 mil Km² de extensão (área equivalente à do estado de Sergipe), a Ilha do Bananal é a maior ilha fluvial do mundo, além de um dos santuários ecológicos mais importantes do País.

A princípio, o Parque Nacional do Araguaia ocupava toda a Ilha do Bananal. Em 1971, com a mudança em seus limites para criação do então Parque Indígena do Araguaia – desde 1998, Terra Indígena Parque Araguaia –, passou a ocupar cerca de 562 mil hectares da área total da ilha.

A Terra Indígena Parque do Araguaia abriga cerca de quinze aldeias indígenas, dentre elas os Carajás, com nove subgrupos, os Javaés, com doze subgrupos, os Tapirapés, Tuxás e os Avá-Canoeiros, também conhecidos como Cara-Preta, que rejeitam contato com a civilização e com os demais indígenas das aldeias mais próximas.

Para garantir os direitos dessas populações, a reserva fica sob responsabilidade da A Terra

CONT.



Indígena Parque do Araguaia (Funai), enquanto o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), instituição vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) garante a conservação da grande diversidade biológica presente no Parque.

Fauna, flora e vegetação

Situado numa faixa de transição que compreende os biomas Floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal, o Parque Nacional do Araguaia destaca-se pela diversidade de sua fauna, flora e cobertura vegetal.

Na vegetação, predominam as matas ciliares de igapó, vegetação das encostas secas, vegetação dos bancos de areia e os campos de várzeas inundáveis, além do Campo das Caraibeiras, com abundância de grama rasteira e árvores caraíbas de longas metragens.

Ao longo dos rios, cerrados e florestas com flora rica em maçarandubas, piaçavas, canjeranas, orquídeas terrestres, ipês e palmeiras típicas. Da flora nativa, ainda, utilizadas especialmente pelos indígenas, diversas espécies para fins culinários, medicinais e ornamentais.

Na fauna, as espécies mais comuns são: onça-pintada, tamanduá-bandeira, cervo-do-pantanal, tartaruga da Amazônia, boto, ariranha, arara-azul, gavião-real, águia-pescadora, garça-azul, dentre outras 660 espécies de aves, aproximadamente.

Nas enchentes periódicas, aumenta a concentração da fauna terrestre nas partes altas, especialmente de jacarés-açu, sucuris e jiboias.

Sítios Ramsar

O Parque Nacional do Araguaia – Ilha do Bananal tornou-se Sítio Ramsar em outubro de 1993, correspondendo à diretriz do governo brasileiro, cumprida desde sua adesão à Convenção de Ramsar, de indicar para a Lista deste tratado internacional somente Áreas Úmidas que sejam unidades de conservação, assim favorecendo a adoção de medidas necessárias à implementação dos compromissos assumidos pelo país perante a Convenção.

Convenção de Ramsar e a Lista de Sítios Ramsar

O Brasil - que, por suas dimensões, acolhe uma grande variedade de zonas úmidas importantes - assinou a Convenção de Ramsar em setembro de 1993, ratificando-a três anos depois.

A decisão possibilita ao País ter acesso a benefícios como cooperação técnica e apoio financeiro para promover a utilização dos recursos naturais das zonas úmidas de forma sustentável,

CONT.



favorecendo a implantação, em tais áreas, de um modelo de desenvolvimento que proporcione qualidade de vida aos seus habitantes.

Para aderir ao tratado, cada país deve depositar um instrumento de adesão junto à Unesco - instituição que opera como depositária da Convenção - e, ao mesmo tempo, designar ao menos uma zona úmida de seu território para ser reconhecida como Sítio Ramsar para ser incluída na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional, mais conhecida como Lista de Ramsar.

A Lista de Ramsar é o principal instrumento adotado pela Convenção para implementar seus objetivos. É composta por áreas caracterizadas como ecossistemas úmidos importantes, selecionados pelos países e aprovadas por um corpo técnico especializado da Convenção. Uma vez aceitas, essas áreas recebem o título de "Sítios Ramsar".

Além do Parque Nacional do Araguaia - Ilha do Bananal, o Brasil tem outras [11 Áreas Úmidas na Lista de Ramsar](#).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

Biblioteca Barca das Letras começa a distribuir livros pelos rios Amazonas e Macacoari

SÍTIO CHICO TERRA, 27.01.2015

PUBLICADO POR CHICO TERRA



Barca das letras carmo do macacoari 2014

Esta é a primeira ação do ano da biblioteca itinerante pelas comunidades ribeirinhas do Amapá.

Após arrecadar mais de mil e quinhentos livros e gibis com os moradores de Brasília durante o mês de janeiro, a Biblioteca Itinerante Infantil Barca das Letras começará a distribuí-los para comunidades tradicionais do Amapá, viventes ao longo dos rios Amazonas e Macacoari, no período de 2 a 11 de fevereiro. O objetivo é estimular o prazer da leitura, principalmente com as crianças ribeirinhas, as quais já estão acostumadas com as brincadeiras do palhaço Ribeirinho, o animador da Barca das Letras.

A biblioteca nasceu em 2008 e desde então vem espalhando livros por vários municípios da Amazônia Legal. "Aonde nos convidam, vamos lá brincar de ler com a criançada das beiras dos rios. Colocamos todo mundo para viajar no mundo mágico da leitura viva" revela o amapaense Jonas Banhos, idealizador da Barca das Letras. Com a recente divulgação de que mais de meio milhão de candidatos zeraram na redação do Enem e apenas 250 alunos atingiram nota máxima, a ação da Barca das Letras ganha ainda mais importância.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 15/ 2015

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

As intervenções lúdicas começam no dia 2 de fevereiro pela manhã, com distribuição de livros para os ribeirinhos aportados no Igarapé das Mulheres em Macapá. No dia 4 de fevereiro a biblioteca chega ao município de Itaubal para brincar com as crianças do Carmo do Macacoari, São Tomé(7/2), Foz do Macacoari(8 e 9/2) e Igarapé Novo(11/2).



Governo apoia enfrentamento da exploração sexual de adolescentes

SÍTIO ARIQUEMES ONLINE, 27.01.2015

Com a proximidade do período carnavalesco, a Secretaria de Assistência Social (Seas)

Com a proximidade do período carnavalesco, a Secretaria de Assistência Social (Seas) e Fhemeron e a Rede Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes lançaram as campanhas Não Desvie o Olhar, denuncie, disque 100, contra exploração sexual de crianças e adolescentes e Dê um pulo no Hemocentro doe sangue no carnaval.

"No carnaval aumentam os riscos de violência contra esse público", observou o secretário Marcio Félix. Segundo ele, a campanha feita pelo governo alerta a sociedade para cuidados com crianças e adolescentes, preservando e garantindo seus direitos. "Divulgando o disque 100, viabilizamos o canal de denúncias para este tipo de violência", enfatizou.

Cronograma de ações de conscientização e divulgação está sendo executado pelos organizadores das campanhas. Dentre as ações, foi realizado no último domingo (25) no Espaço Alternativo, o ato de divulgação das duas campanhas com entrega de materiais e informações dos canais de denúncia e para a doação de sangue.

Apoio da Banda

A coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos, Denise Campos, afirma atribui à campanha importante ferramenta de mobilização para chamar a atenção da necessidade de proteger crianças e adolescentes mais vulneráveis no período da folia. "Temos reforçado o disque 100 e conscientizado a sociedade para denunciar qualquer tipo de violência", frisou.

As campanhas contam ainda com a parceria da Banda do Vai Quem Quer, o maior e mais antigo bloco de rua de Porto Velho. No dia do desfile, a banda espera levar cerca de cem mil pessoas às ruas da Capital.

"A Banda é um bloco comprometido com as causas sociais. Estamos juntos com o governo do Estado e a Rede Municipal de Enfrentamento, mobilizando a sociedade para a importância de doar sangue e proteger crianças e adolescentes", declarou a presidente da Sicília Andrade, Siça.

Comunidades ribeirinhas

Começou segunda-feira (26) outra mobilização de apoio à operação Carnaval Disque 100, pelo fim da violência. O barco da Seas percorre as comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira no trabalho de conscientização da população sobre a incidência dessas práticas em Rondônia.



Boletim de Notícias - Edição nº 15/ 2015

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

Ruralistas definem agenda legislativa para o agronegócio

SÍTIO REVISTA ÉPOCA, 27.01.2015

A Frente Parlamentar da Agropecuária vai definir nesta quarta-feira os temas prioritários para o setor e que estão sendo ou devem ser debatidos pelos congressistas. Dezenas de entidades de vários segmentos do agronegócio estarão discutindo a agenda do campo, entre eles a aprovação de emenda constitucional que transfere para o Congresso a definição sobre demarcação de terras indígenas, uma nova lei trabalhista para o campo com flexibilização de horários e folgas e uma nova legislação para produtos agroquímicos utilizados para combater pragas nas lavouras. O resultado deste encontro será um relatório, chamado de Plano Estratégico, que vai ser entregue aos deputados e senadores. A FPA quer incluir estes temas entre as prioridades do próximo presidente da Câmara que será escolhido em eleição interna no próximo domingo.



Baiano e prefeitos discutirão ocupação de áreas no Araguaia

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 27.01.2015

Da Reportagem

Estadual Baiano Filho (PMDB) segue nesta terça-feira, 27.01, para Brasília, onde se reunirá com a Secretária do Patrimônio da União (SPU) Cassandra Maroni cuja pasta responde pelos trabalhos relacionados a demarcação e ampliação de áreas, não apenas para fins indígenas como também para reforma agrária e de preservação.

A audiência será às 15h, no Ministério do Planejamento onde também estarão reunido o presidente da Associação dos Municípios do Araguaia (AMA) Gaspar Lazari e diversos prefeitos da região.

As autoridades buscam dirimir dúvidas quanto às intenções da União sobre áreas da região Araguaia. Segundo Baiano são muitos os rumores sobre o avanço de demarcações sobre áreas produtivas à proporções capazes de causar o literalmente o “desaparecimento” de municípios.

“Precisamos entender o que realmente está sendo buscado pelo governo do federal, hoje o impacto de boatos e rumores tem atingido diretamente não apenas moradores, mas o próprio poder público e possíveis investidores que têm se sentido retraídos em realizar novos investimentos devidos a insegurança jurídica na região”, desabafou Baiano.

O assunto foi tratado oficialmente por Baiano em audiência recente com o governador Pedro Taques que também se mostrou preocupado e atento ao assunto. (Naiara Martins/Assessora)



Boletim de Notícias - Edição nº 15/ 2015

Brasília, 27 de janeiro de 2015.

PA – Quilombolas da Comunidade de São Sebastião Cipoal denunciam milícias SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.01.2015

Dados do Relator.....:	MANOEL DO SOCORRO NASCIMENTO DOS ANJOS
Tipo do Relator.....:	Relator
Identidade.....:	4034302 / 1 - Identidade / PC - PA
Endereço Residencial...:	ALTO RIO PACAJÁ No. Complemento: ACIMA DA VILA CIKEL CEP: 68480000 Bairro: ZONA RURAL Localidade: PORTEL UF: PA
Contato.....:	
Dados da Ocorrência	
Especialização do Fato:	Crimes Contra a Pessoa
Data e hora do Fato...:	12/01/2015 13:00:00
Endereço.....:	Rua Principal, ALTO RIO PACAJÁ Complemento: Fundos: Perímetro: ; Bairro: Centro Localidade: Portel - Portel / PA
Relato da Ocorrência	
/// A pessoa acima qualificada é Presidente da Associação Quilombola ARQUISCI (Associação Remanescente Quilombola da Comunidade São Sebastião Cipoal), localizado no alto Rio Pacajá, Zona Rural, Portel/PA, e juntamente com o senhor ALACID MARIA TONÓRIO MORAES membro da Comunidade Nossa Senhora do Carmo, localizado no alto Rio Pacajá, Zona Rural, Portel/PA; QUE procuraram esta Delegacia para denunciar que nos últimos meses funcionários da Empresa CIKEL, localizado no alto Rio Pacajá, Zona Rural, Portel/PA, identificados por "TONHÃO", "SILVIO" e "NILDO", todos armado de espingarda, e com farda do Exército Brasileiro, e se identificam como polícia do Exército Brasileiro, chegaram nas comunidades acima citada, invadem as casa dos ribeirinhos, e levando machado, terçados, espingardas, moto serra, rede de malha, que são ferramentas de trabalho dos moradores, agrediram fisicamente os moradores; QUE os agressores falaram que os moradores das duas comunidades estão na área da Empresa Cikel; QUE o ultimo fato ocorreu no dia 12 de Janeiro de 2015, onde TONHAO, SILVIO e NILDO com farda do exercito, armados de espingardas, chegaram na Comunidade Nossa Senhora do Carmo, invadiram as casas do moradores	

por Franssinete Florenzano

A Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombo da Comunidade de São Sebastião Cipoal, no rio Pacajá, localizado no município de Portel, arquipélago do Marajó, registrou boletim de ocorrência policial contra a ABC/Cikel. Moradores acusam a empresa de coerção. Conforme o BO lavrado na delegacia do município, três indivíduos conhecidos apenas por Tonhão, Nildo e Sílvio, armados de espingarda, trajando fardamento do Exército Brasileiro, estão invadindo as casas dos moradores e tomando ferramentas de trabalho (caça e pesca) e agredindo os ribeirinhos, alegando que ocupam área da Cikel. Na comunidade Nossa Senhora do Carmo, agrediram o senhor Alacid Maria Moraes com um soco e levaram todos os seus pertences, no dia 12 deste mês.

Os problemas agrários na região vêm crescendo de forma assustadora, gerando clima de violência e terror. As populações tradicionais e os ribeirinhos do rio Camarapi (da boca do rio Toré à foz do rio Camarapi – Caminheiros do Bem), denunciam há anos que estão sofrendo com o tratamento dispensado por policiais militares e seguranças particulares armados a mando da ABC/Cikel, que, de forma arbitrária, truculenta e autoritária, humilham, maltratam e ameaçam os pais e mães de famílias daquela área. Inúmeros casos chegaram ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel e à Delegacia de Polícia Civil de Portel. No

CONT.



início do ano passado, sob forte ameaça, comunitários foram orientados pela milícia a abandonar a área onde moram e de forma legal tiram o seu sustento.

Mediante esses fatos, os vereadores da Câmara Municipal de Portel aprovaram, na sessão de 08 de maio de 2014, a Moção de Repúdio nº 002/2014 contra a ABC/Cikel. Várias famílias estiveram nas galerias da Câmara empunhando cartazes pedindo socorro aos legisladores, que encaminharam expedientes pedindo providências ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Incra, ao Iterpa, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Pará, ao Comando de Policiamento Regional XI – Marajó, ao 9º Batalhão de Polícia de Breves, à Corregedoria da Polícia Militar do Pará, à Secretaria Estadual de Segurança Pública e Proteção Social, à bancada do Pará na Câmara e no Senado Federal, ao Bispo do Marajó e acompanhante da Comissão Justiça e Paz da CNBB Norte II, Dom José Luiz Azcona Hermoso, ao Ministério Público Federal e à Ouvidoria Agrária Nacional.

Na noite do dia 14.05.2014, representantes da ABC/Cikel estiveram na Câmara Municipal de Portel para uma reunião com os vereadores, a fim de tratar acerca da Moção de Repúdio contra a empresa e dos pedidos de providências aos órgãos ambientais, à PM e ao MPF, sobre as inúmeras denúncias feitas por ribeirinhos e povos tradicionais. No encontro, que contou com a presença de nove vereadores, os gerentes, assistente social e advogado da empresa propuseram a criação de uma comissão, formada por moradores do Alto Camarapi, vereadores, Poder Executivo e sindicato rural, destinada a acompanhar a situação. Segundo os representantes da ABC/Cikel tudo não passaria de um equívoco, que seria elucidado. Mas, como se observa, nada foi resolvido, a situação é grave e é preciso a ação urgente da Prefeitura, do Estado, da União e do MPF, antes que se concretizem mais crônicas de mortes anunciadas.